

A FORMA DE CONSUMIR: AS FACES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA QUESTÃO SOCIAL

Edna Maria CAMPANHOL*
Hélio Braga FILHO**

- RESUMO: São diferentes as versões sobre a questão social nos diferentes estágios do capitalismo. Há mudanças no mundo da produção e do trabalho, com redefinição de papéis – do mercado, do Estado, do capital e do trabalho. O artigo pretende refletir sobre uma das diversas facetas da questão social – o desenvolvimento econômico e as limitações na redução das desigualdades. O questionamento é sobre a possibilidade de sustentar a solidariedade e igualdade na fruição dos resultados obtidos pela economia dada a partir do desejo de consumir. Mostra-se, inicialmente a confusão dada pelos indicadores quantitativos da economia e a reduzida análise qualitativa dos mesmos. Posteriormente, discute-se a centralidade do trabalho e as condições às quais são obtidos os melhores resultados numéricos da produção econômica. Finalmente, mostra-se a persistência da questão social dada pela diferença na forma de consumir – necessidades básicas e/ou “marcas”.
- PALAVRAS CHAVE: questão social. desenvolvimento econômico. trabalho.

INTRODUÇÃO

São diferentes as versões sobre a questão social nos diferentes estágios do capitalismo. Há mudanças no mundo da produção e do trabalho, com redefinição de papéis – do mercado, do Estado, do capital e do trabalho.

O artigo pretende refletir sobre as diversas facetas da questão social – o desenvolvimento econômico e as limitações na redução das desigualdades. O questionamento é sobre a possibilidade de sustentar a solidariedade e igualdade na fruição dos resultados obtidos pela economia.

* Profa. Dra. em Serviço Social pela Unesp- Universidade Estadual Paulista, docente do Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca (Autarquia Municipal).

** Prof. Dr. em Serviço Social pela Unesp- Universidade Estadual Paulista, docente do Uni-FACEF – Centro Universitário de Franca (Autarquia Municipal).

Mostra-se, inicialmente a confusão dada pelos indicadores quantitativos da economia e a reduzida análise qualitativa dos mesmos.

As estatísticas oficiais de caráter sócio-econômico divulgadas pelos institutos governamentais, assim como as informações veiculadas pela mídia, tanto podem provocar na sociedade uma sensação de medo, insegurança, intranquilidade e insatisfação, como podem criar uma sensação de otimismo exacerbado o suficiente para escamotear a própria realidade.

A geração de empregos formais, o nível da atividade industrial, o índice de confiança dos consumidores e a expectativa dos empresários, o consumo entre as diferentes classes de renda, o desempenho do comércio varejista, a inadimplência, entre tantos outros indicadores, criam em certas situações diferentes sentimentos e percepções. Entretanto, via de regra e, sobretudo, quando os indicadores puramente quantitativos são positivos, o otimismo exagerado pode camuflar as outras dimensões da realidade ao não revelar o caráter ou, a qualidade daqueles mesmos indicadores.

Quando na área urbana novos e arrojados objetos espaciais são erguidos, a frota de veículos amplia-se, o comércio é aquecido pelo consumo dos indivíduos e das famílias e, o investimento público em obras se intensifica, muito provavelmente, instala-se quase que de maneira geral na sociedade a pseudo ideia de desenvolvimento.

É escandalosa a distância, no Brasil, entre o consumidor popular e o consumidor médio e rico. Sem lugar a dúvida, essa defasagem é das maiores do mundo. [...]. Por outro lado, o abuso do consumo contamina as classes mais pobres que gastam em produtos nem sempre necessários. [...] Hoje o Brasil tem uma renda dez vezes maior que tinha quando comecei a estudar esses problemas, mas tem também maiores desigualdades, e os pobres continuam igualmente pobres. Cabe a pergunta: houve desenvolvimento? Não: o Brasil não se desenvolveu, modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada. (FURTADO, 2002, p. 20-21).

Apesar do excepcional desempenho do mercado de

trabalho medido através da geração de empregos formais, dos programas sociais de transferência de renda, da expansão do crédito para pessoa física e da redução em termos absolutos e dos índices de pobreza, muito ainda há que se fazer para o país colocar-se na rota do verdadeiro desenvolvimento.

A ilusão camuflada pelo vigor da estatística e da propaganda, não retrata ou, deixa de revelar outra e perversa face da moeda materializada mediante a desigualdade entre renda do capital e renda do trabalho no país. Os jornais esboçam tímidos esclarecimentos. O caderno A-2 da Folha de São Paulo de 25/7/2010, na coluna de Clovis Rossi “Vergonha pouca é bobagem” intenta mostrar a magnitude da vergonha anunciada.

Juros alugueis e lucros foram os itens da renda brasileira que mais cresceram desde a última década, superando o rendimento dos trabalhadores. [...]: a transferência de renda para 12,6 milhões de famílias pobres custa anualmente R\$: 13,1 bilhões. Já a transferência de renda para os mais ricos, na forma de juros pelos títulos públicos, foi, no ano passado, de R\$: 380 bilhões. Ou seja, vai 30 vezes mais dinheiro público para um punhado de famílias (quantas? 2 milhões, 3 milhões talvez) do que para 12,6 milhões de pobres. Mesmo assim, faz-se ensurdecedor silêncio a respeito.

Mas, em se tratando ainda do que é publicado pela mídia impressa, na semana anterior, ou seja, em 18/07/2010, no mesmo jornal (coluna mercado B-5) estampava-se a manchete “O luxo da classe C” destacando pesquisa que mostra consumidores pertencentes à classe de renda C destinando entre 30% e 60% da renda com produtos e marcas (*Oakley, Louis Vitton, Victoria's Secret, Chanel, Nike, etc.*) e que o consumo para estes mesmos consumidores é visto como inclusão social. Diante disto, tomara que o pequeno espaço de grande teor da coluna de Clovis Rossi não tenha sido ofuscado pela grandeza da manchete sobre o luxo.

Como se não bastasse, o problema apontado por Furtado a respeito da contaminação do consumo abusivo dos ricos sobre as classes mais pobres esbarra numa outra questão ainda mais

perversa, o sistema tributário.

Com uma carga de 31%, o Brasil poderia fazer muita coisa. Mas sua distribuição é tão irregular, e recai de forma tão injusta sobre os segmentos de baixa renda, [...]. Hoje, o imposto socialmente mais correto é o indireto, porque incide de exatamente sobre o ato de consumo, e pode atingir os grupos de maior coeficiente de desperdício ou mais beneficiados pelo sistema de preços. [...]. A dificuldade é que a opinião pública foi manipulada no sentido de ser contra o pagamento de impostos, o que é um absurdo, pois todos os países usam o sistema fiscal para corrigir as desigualdades sociais. No Brasil, ele só não corrige como as agrava. (FURTADO, 2002, p.22).

Para se alcançar o verdadeiro desenvolvimento proposto por Furtado o caminho é árduo e longo, pois, no Brasil, persistem as desigualdades entre ricos e pobres, a distribuição funcional da renda sinalizou desde a última década que os juros, aluguéis e os lucros, cresceram mais que o rendimento dos trabalhadores, a transferência de renda para os mais pobres comparativamente aos mais ricos configura um fosso absurdamente enorme e, o sistema fiscal ao invés de corrigir as desigualdades sociais contribui para agravá-las.

No entanto, convém acrescentar um outro aspecto ainda mais preocupante, qual seja, o da qualidade dos gastos públicos em serviços considerados essenciais, como a saúde, a educação, a segurança pública, a habitação e a infraestrutura social.

Originalmente, a questão social foi constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa do século XIX, devidas a industrialização. Inicialmente essa questão foi levantada quando com a tomada de consciência da sociedade, ou parte dela, dos problemas decorrentes do trabalho urbano e da pauperização como fenômeno social. Hoje a “questão social” é a expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações e todos os segmentos sociais envolvidos (trabalhadores e desprotegidos) são heterogêneos. (PINHEIRO & DIAS, 2009, p.1).

Ainda que limitássemos a reflexão sobre a questão social ao problema das desigualdades sua amplitude requereria notável esforço de pesquisa e capacidade de síntese. Mesmo porque, o problema da desigualdade não se relaciona apenas em termos econômicos à distribuição social do produto ou, aos rendimentos provenientes do trabalho. A desigualdade estende-se a outras dimensões, como é o caso das desigualdades raciais, entre gêneros, desigualdades de oportunidades e de acesso, entre ocupações, enfim, de um fenômeno social de grande envergadura.

Nossa intenção não vai além de uma reflexão em torno da sedução criada e estimulada pelo consumo, turbinado pelo encantamento da propaganda como instrumento/mecanismo capaz de despertar certa cobiça pelo objeto desejado – a mercadoria ou o produto de marca – que, de alguma forma desvia o problema do desenvolvimento.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E SUAS CONDIÇÕES

Assim, procuramos abordar determinados aspectos pertinentes ao trabalho, considerando seu significado e sua importância enquanto atividade humana dedicada à produção material da existência humana. Convém ressaltar que o trabalho é considerado como um ato de renúncia (aos prazeres e ao ócio) e um ato de sofrimento, pois, submete-nos a certas situações que podem causar prejuízo à saúde ou, até danos morais e psíquicos.

Não resta dúvida de que, comparativamente às condições vigentes na aurora da sociedade industrial com as atuais, houve uma profunda mudança. No entanto, ainda hoje persistem situações em que as condições são precárias, a jornada de trabalho é intensa e o trabalho infantil e escravo continuam a existir. Em certos casos, a produtividade é alcançada por meio de um quadro reduzido de pessoas executando simultaneamente várias tarefas/funções. Em outras circunstâncias, o trabalhador é obrigado a cumprir metas muitas vezes inatingíveis, o que pode contribuir por meio do assédio moral para a rivalização entre funcionários e deterioração do ambiente de trabalho.

Pressão por resultados, stress, apatia, desmotivação, insatisfação, entre outros sintomas, manifestam-se no cotidiano

de milhares de trabalhadores nos mais diferentes lugares. Abusos de poder, humilhações, assédio, submissão, etc., contribuem para agravar ainda mais a situação daqueles que se encontram empregados.

Contudo, do outro lado do muro, a desesperança, a incerteza, o medo, as privações persiste para aqueles que se encontram desvinculados, isto é, perderam seus empregos, sem contar com os que são por necessidade quase que obrigados a aceitar quaisquer condições de trabalho.

Na sociedade monetizada o instrumento de troca, o dinheiro, é para muitos – principalmente para os desprovidos de posses/propriedades e que não têm acesso ao crédito – a única moeda capaz de garantir a aquisição dos bens necessários a própria sobrevivência.

Por sua vez, para também uma parcela considerável da população a única fonte de rendimento individual e/ou familiar é proveniente do trabalho, enquanto para outra ponderável parcela, mais fragilizada, a compra daquilo que é essencial resulta das transferências advindas dos programas sociais. Levando em conta que o sistema fiscal brasileiro ao invés de mitigar as desigualdades acaba contribuindo para o seu agravamento como afirmara Furtado (2002), convém acrescentar que justamente a parcela da população mais pobre, paga proporcionalmente mais impostos, recebe pífios recursos como transferência e, os serviços públicos essenciais que lhe são oferecidos, salvo os casos excepcionais, são de baixa qualidade e a oferta é limitada.

Assim como as palavras possuem significados próprios e distintos, a condição/situação econômica confere às pessoas posições distintas na sociedade e na hierarquia social, como também, pode expressar diferentes estados de satisfação ou insatisfação, de privação, de bem-estar, de conforto/desconforto, de alegria ou de tristeza, entre outros. Todavia, independente da condição/situação econômica as pessoas são em diferentes gradientes de prioridade e/ou intensidade dotadas de desejos e de necessidades. Necessidade (*do lat. necessitate*) significa aquilo que é absolutamente necessário; exigência; desejo (*do lat. vulg. desidiu*) quer dizer, vontade de possuir ou de gozar, anseio, aspiração, cobiça, ambição.

Do ponto de vista estritamente econômico, necessidade significa:

Exigência individual ou social que deve ser satisfeita por meio do consumo de bens e serviços. Para viver e reproduzir-se, o homem tem necessidades ligadas à alimentação, vestuário, moradia, educação e lazer. [...]. O meio social atua sobre as necessidades biológicas: a forma de atender à necessidade de comer, por exemplo, é dada socialmente pela tradição de hábitos alimentares. [...]. Essa satisfação depende em primeiro lugar da existência de bens, que podem ser abundantes ou escassos para todos ou para alguns. O que determina isso é o nível de desenvolvimento de uma sociedade e a forma como é distribuída a riqueza social produzida pelo conjunto da população. (SANDRONI, 2006, p. 588.).

Depreende-se do conceito que a efetivação da necessidade individual ou social realiza-se através do consumo de bens e serviços, que o meio social, influencia sobre as necessidades e, que a distribuição da riqueza social produzida pela população determina o nível de desenvolvimento de uma sociedade.

Mas, se a satisfação das necessidades realiza-se por meio do consumo de bens e serviços (momento subsequente), este último, por sua vez, depende da produção (momento antecedente). É o objeto (matéria bruta ou semielaborada) que através da força de trabalho (atividade humana) combinada com o emprego dos instrumentos de trabalho é transformado em produto.

Chamaremos produção em geral ou prática econômica a todo processo de transformação de um elemento determinado-natural ou já trabalhado previamente – [...]. Por prática entendemos todo o processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto específico, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios (de “produção”) específicos. Em toda a prática assim concebida o momento (ou o elemento) determinante do processo não é a matéria-prima nem o produto, mas a prática no sentido estrito; é o exato momento do trabalho de transformação, que põe em ação, dentro de uma estrutura específica, homens, meios e um método

técnico de utilização dos meios. (FIORAVANTE, 1978, p.35.).

Destarte, é por meio deste mesmo processo de transformação que o homem não apenas modifica a matéria bruta advinda da natureza (o objeto a ser transformado) em produto (mercadorias) destinado à realização de suas necessidades imediatas (consumo) e de reprodução da produção material, mas, modifica a natureza ao dar-lhe a forma humana como transforma a sociedade e a si mesmo.

É do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz a história. O trabalho torna-se categoria essencial que lhe permite não apenas explicar o mundo e a sociedade, o passado e a constituição do homem, como lhe permite antever o futuro e propor uma prática transformadora ao homem, propor-lhe como tarefa construir uma nova sociedade. (ANDRERY; SÉRIO, 1999, p.401.).

Do exposto, afere-se a importância, o significado e a centralidade do trabalho para o homem não somente como atividade capaz de produzir as condições materiais de sua própria existência, como e principalmente, atividade prática que lhe permite transformar a si mesmo e construir outra e nova sociedade.

O processo de produção modifica-se à medida que a sociedade e seu desenvolvimento se tornam mais complexos, requerendo para isto, uma divisão social do trabalho compatível com esta mesma complexidade.

[...] enquanto no artesanato cada produtor produzia o mesmo produto realizando toda a mesma série de operações, na manufatura cada produtor realiza uma parte do trabalho uma diferente das outras de forma a se obter entre todo o produto. Quando se passa à produção, capitalista a divisão do trabalho faz-se ainda mais complexa, pois aparece a máquina como um novo e fundamental instrumento de produção. Já não é o homem quem trabalha o objeto para obter o produto, mas é a máquina que

realiza esta tarefa, controlada pelo homem. Na sociedade atual, com o desenvolvimento de automatismo, o homem se especializa cada vez mais em um só ramo, de tal forma que, em um futuro não muito distante, o antigo trabalhador de fábrica desaparecerá totalmente, ai não ser mais necessária a sua contribuição na produção. (FIORAVANTE, 1978, p.39-40).

Na perspectiva da economia política clássica, Smith já havia enaltecido o papel da especialização do trabalhador a partir da repetição de tarefas em seu exemplo da fábrica de alfinetes.

[...], o aprimoramento da destreza do trabalhador faz necessariamente aumentar a quantidade de trabalho que ele pode executar; e a divisão do trabalho, ao reduzir a atividade de cada homem a uma simples tarefa, e ao tornar essa tarefa o único trabalho de sua vida, necessariamente aumenta muito a destreza do trabalhador. (SMITH, 2003, p.11-12.).

Ora, atualmente vivemos uma situação no mínimo intrigante e paradoxal, uma vez que em determinados momentos reclama-se pela falta de mão-de-obra especializada, em outros, esta mesma força de trabalho pode ser descartada, pois, exige-se um trabalhador multifuncional e polivalente.

Muito embora o trabalhador de fábrica ainda não tenha desaparecido totalmente, reconhece-se que a quantidade de pessoas empregadas na atividade industrial reduziu-se consideravelmente em decorrência das intensas e profundas mudanças engendradas na década de 70 pelos países industrializados.

Com o advento da Terceira Revolução Industrial, surgiram novas formas de organização da indústria e do trabalho, assim como, o emprego de novas e sofisticadas tecnologias aplicadas nos processos de produção e de gestão dos negócios promoveram verdadeira racionalização nos processos de fabricação, na estrutura e na hierarquia das empresas.

A exceção das oscilações do nível de emprego decorrentes das flutuações dos níveis de produção resultantes da própria

instabilidade da economia, convém ressaltar, que, entre outros aspectos, a demanda por trabalho é influenciada pelo ritmo da acumulação de capital e pela velocidade/intensidade das inovações. Ocorre, ainda que, notadamente nas fases recessivas, a concorrência capitalista torna-se mais acirrada, induzindo provavelmente os capitalistas a adotarem – enquanto estratégia de diferenciação da concorrência – novas tecnologias visando, sobretudo a redução dos custos de produção.

O avanço da precariedade dos mercados de trabalho deve-se à situação de movimentos de limitada expansão seguidos de fases recessivas bastante acentuadas, que têm caracterizado os últimos vinte anos do capitalismo avançado, mas deve-se também aos programas de racionalização produtiva das grandes empresas, que enxugam seus contingentes de trabalhadores estáveis e mantêm aqueles com melhor qualificação, jogando para as pequenas e médias empresas subcontratadas parte ponderável dos trabalhadores precários. [...], no movimento real da economia, as empresas têm aproveitado a maior desregulamentação para racionalizar produção e emprego, e, portanto, para reforçar a lógica do desemprego. (DEDECCA, 1999, p.215).

A erradicação da inflação crônica e persistente conjugada com a abertura comercial e financeira no quadro de referência da globalização das economias e dos mercados, intensificou sobremaneira a concorrência entre os setores da atividade produtiva, conformando desta maneira, uma nova dinâmica competitiva que, por sua vez, entre outros aspectos, incitou as empresas em geral a preocuparem-se com a maior rigor com os custos da produção. Assim, é cabível admitir, que, em alguma medida, a racionalização dos processos de produção, a redução dos níveis hierárquicos e do tamanho da estrutura organizacional, o encurtamento do tempo de fabricação, o aumento da produtividade, contribuíram também para a eliminação de considerável quantidade de postos de trabalho, sem contar ainda, com a expansão dos empregos informais.

A “grande transformação” ocorrida nesses últimos anos, e que autoriza talvez a falar de uma metamorfose do trabalho, é

que em lugar de conjunto de assalariados majoritariamente protegidos, há cada vez mais assalariados fragilizados, ameaçados pelo desemprego. Em suma, há cada vez menos assalariados com a garantia de permanecer e de poder construir, a partir de sua condição de assalariado, um futuro garantido. [...] O medo de perder o emprego predomina, e ele deixa de ser uma referência estável e uma garantia de integração à sociedade. [...]. Nesse sentido, pode-se continuar a falar da centralidade do trabalho, no sentido de que ele permanece, positiva ou, muitas vezes, negativamente, no centro das preocupações da maior parte das pessoas. (CASTEL, 1998, p.157, grifo do autor.).

A QUESTÃO SOCIAL REFLETIDA NO CONSUMO

No passado não muito distante a existência de vínculos sociais (trabalho, família, etc.) mais sólidos e duradouros reforçava o sentimento de pertencimento, nos transmitia maior segurança, tranquilidade e certeza.

Com a ascensão da economia global a competição bem ao estilo do Darwinismo social (re)aparece com expressivo vigor tanto nos mercados, como entre as próprias pessoas, o consumo é enaltecido tanto quanto a figura do próprio consumidor, porém, convém lembrar no entanto, que embora não na sua totalidade, importantes vínculos sociais (família, trabalho, etc.), foram rompidos e fragilizados, ao ponto de se instalar entre as pessoas como em certas camadas da sociedade sintomas como o medo, a insegurança, a incerteza e a insatisfação, causando, por sua vez, uma sensação de desorientação.

Outro problema que merece a devida atenção e preocupação vinculada aos hábitos de consumo relaciona-se à situação dos jovens, principalmente para aqueles da América Latina.

Os setores dos estratos mais elevados podem aspirar a níveis educacionais, de saúde, empregos e moradia semelhantes aos jovens dos países desenvolvidos. Por outro lado, os mais pobres veem a sua vida drasticamente caracterizada pela ausência de oportunidades. São obrigados a

trabalhar desde cedo, suas possibilidades de cursar os níveis de primário e secundário são limitadas, possuem riscos significativos na saúde, não têm uma rede de relações sociais capaz de impulsioná-los, não dispõem de crédito, sua inserção no mercado de trabalho é muito problemática, dificilmente conseguem romper com a situação de privação que marca suas famílias de origem. (KLIKSBERG, 2010, p.222).

Reforçando ainda mais esta situação em relação aos mais pobres Kliksberg (2010) menciona trabalho de Hopenhayn (2008) que retrata o quadro social dos jovens latino-americanos fazendo analogia ao círculo vicioso de Nurkse.

Há um círculo vicioso que vincula a renda baixa dos domicílios, o baixo nível educacional médio dos jovens desses domicílios e a elevada ocorrência de empregos de baixa produtividade. Isso é importante, pois mostram de qual maneira as formas de exclusão se reforçam umas às outras entre jovens. E também porque o emprego de baixa produtividade é um sintoma importante de exclusão social: precariedade no trabalho, ausência de seguridade social e acesso reduzido a direitos e acordos sobre condições de trabalho. (HOPENHAYN, 2008, Apud KLIKSBERG, 2010, p.223).

Acrescenta-se a esta situação o fato do desemprego entre os jovens, atingir em relação às demais faixas etárias da população, os mais elevados percentuais.

Corroborando as análises de Kliksberg (2010) e de Hopenhayn (2008), com base nos dados censitários de 2000, o estudo da Fundação SEADE intitulado "Índice Paulista de Vulnerabilidade Social" examinava a população e os domicílios no estado de São Paulo segundo a condição de vulnerabilidade social.

Em linhas gerais, as estatísticas mostravam que na situação de muito alta e alta vulnerabilidade social o quadro apontava que:

- a) Os responsáveis pelos domicílios com idade entre 10 e 29 anos representavam 38,7% da população total;
- b) Em relação à população total urbana encontravam-se 8.340.759 pessoas ou, 24,1% da população do estado;
- c) O rendimento médio nominal do responsável pelo domicílio (valores em R\$ de Julho de 2000) era de R\$ 484,00 e de R\$: 360,00 respectivamente;
- d) Para este mesmo subconjunto da população a escolarização medida pelos anos médios de estudo atingira 4,7 e 4,3 anos;
- e) Os responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo somavam 22,9% e 19,0% respectivamente; e
- f) Os responsáveis pelo domicílio com renda de até três salários mínimos contabilizaram 68,3% (na situação de muito alta) e 74,8% (na situação de alta vulnerabilidade social).

Convém observar que na condição de muito alta e de alta vulnerabilidade social encontravam-se os setores censitários ou, grupos da população nas piores condições socioeconômicas, posto que, os chefes de domicílios tinham em média os piores níveis de renda e de escolaridade e contavam, ainda, com a presença de crianças pequenas o que contribua para que este grupo estivesse mais exposto ainda a uma maior vulnerabilidade à pobreza.

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. [...] Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. (SEN, 2000, p.29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência exercida pela propaganda pode despertar apreciável desejo de se obter o objeto de marca, ao ponto de, em

certas circunstâncias, sacrificar/renunciar até mesmo o suprimento de necessidades básicas, traduzir-se em decisão de apenas poder ostentar e de se sentir incluído socialmente.

Seria o caso de se pensar que o desejo de adquirir o objeto de marca ou, tão somente de consumir, quando não sacrifica a satisfação das necessidades básicas, pode entorpecer/anestesiá-las as aspirações de influenciar e de transformar a sociedade, seja através do pensamento ou da ação.

Todavia, se aspiramos/desejamos uma sociedade mais justa e menos desigual, transitar da condição de consumidor passivo para ator socialmente ativo, capaz, sobretudo, de interagir com o mundo, participar e articular-se melhor na sociedade, é um passo importante para (re)pensarmos o desenvolvimento, incorporando ao debate e propondo a inclusão na agenda política dos novos temas de capital importância, como as diferenças no ato de consumir, pertinentes à questão social.

CAMPANHOL, E. M.; FILHO, H. B. The form of consuming: the faces of the economical development and the social subject. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 19, n. 1, p. 33-48, 2010

- *ABSTRACT: The versions on the social subject are different in the different levels of capitalism. There are changes in the world of production and work, with redefinition of roles - of the market, of the State, of the capital and of the work. The article intends to analyze one of the several sides of the social subject - the economical development and the limitations in the reduction of inequalities. The questioning is about the possibility of sustaining the solidarity and equality in the fruition of the results obtained by the economy through the desire of consuming. It is shown, initially, the confusion given by the quantitative indicators of the economy and their reduced qualitative analysis. Later, the centralization of the work and the conditions where the best numeric results of the economical production are obtained are discussed. Finally, the persistence of the social subject is shown given by the difference in the form of consuming - basic needs and/or "brands".*
- *KEYWORDS: social subject. economical development. work.*

REFERÊNCIAS:

ANDERY, Maria Amália Pei Abib; SÉRGIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. A prática, a história e a construção do

conhecimento: Karl Marx. In: *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Maria Amália Pie Abib Andery... et al. 8.ed. – Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, São Paulo: EDUC, 1999.

CASTEL, Robert. As metamorfoses do trabalho. In: *Globalização: o fato e o mito*. José Luis Fiori, Marta Skinner de Lourenço, José Carvalho de Noronha (orgs.). Tradução de Anna Maria Skinner, Ana Silvia Gesteira. – Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1998.

DEDECÇA, Cláudio Salvadori. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Teses).

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de produção, formação social e processo de trabalho. In: *Conceito de modo de produção*. Tradução de Philomena Gebran. Eduardo Fioravante [et al.]; coordenação. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FOLHA de São Paulo. O luxo da classe C. *Coluna mercado B-5*. 18 jul. 2010

FURTADO, Celso. *Em busca do novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KLIKSBERG, Bernardo. Mitos sobre a juventude latino-americana. In: *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. Amartya Sen e Bernardo Kliksberg (orgs.); tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das letras, 2010.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria "Questão Social" em debate*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 120 p.

PINHEIRO, Farias y DIAS, Oliveira: Questão social: um conceito revisitado, em contribuciones a las Ciencias Sociales, febrero 2009. Disponível em:
<<http://www.eumed.net/rev/cccss/03/fpod.htm>>. Acesso em 26 jul. 2010.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ROSSI, Clóvis Vergonha pouca é bobagem. *Folha de São Paulo*, Caderno A2 de 25 de Julho de 2010.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. v. 1. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues, Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Artigo recebido em 02/2010. Aprovado em 04/2010.